

de euros a mais do executado face ao orçamentado em 2021.

Isto só para termos como comparação os últimos três anos, pois se nos fixarmos aos últimos nove anos, como já referido, se na Madeira só nos dois anos a realidade não superou a expectativa e nos Açores ocorreu pelo terceiro ano seguido, na República, desde 2015, o mesmo já tinha acontecido entre 2017 e 2019. Significa que em nove anos, em cinco a execução orçamental no lado da receita fiscal superou a orçamentada.

Ainda que a receita fiscal de Portugal em 2023 tenha sido um valor recorde de mais de 58,8 mil milhões de euros, bem mais de 14,4 mil milhões de euros do início desta série 2015-2019, ocorrendo o mesmo nas duas regiões autónomas, é uma evidência que a Madeira conseguiu a proeza de superar a outra região insular em quase 413 milhões de euros a mais nas receitas fiscais.

Já em 2022 a Madeira tinha superado a receita açoriana em mais 268,4 milhões de euros e tem sido assim desde quase sempre (não recuamos mais por termo-nos cingido ao período de 2015-2023), sendo certo que no ano de 2019 as receitas fiscais executadas das duas regiões estiveram separadas por apenas por cerca de 16 milhões de euros, o mais próximo a que estiveram equiparadas.

No mais recente relatório sobre a “Evolução Orçamental das Regiões Autónomas em 2022”, publicado pelo Conselho das Finanças Públicas (CFP) há cerca de um mês (17 de Janeiro), refere-se que “num contexto de regresso à normalidade pré-pandemia, as Regiões Autónomas evidenciaram em 2022 um forte crescimento económico. Este desempenho associado à retirada parcial dos apoios extraordinários adoptados na resposta à COVID-19 contribuiu para abrandar as necessidades de financiamento das Regiões Autónomas, num ano em que as transferências ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas registaram uma diminuição. Esta redução resulta da variação do PIB desfasado dois anos (2020) em conformidade com a aplicação da fórmula legal”.

O último Boletim de Execução Orçamental revela receitas recorde, acima inclusive do crescimento económico, com destaque para o peso da receita fiscal, 78 euros em cada 100 arrecadados pela Região

Além da análise geral, o CFP especifica que “apesar da redução do défice orçamental, a situação orçamental na Região Autónoma dos Açores (RAA) permaneceu ainda aquém dos níveis pré-pandemia. Em 2022, os Açores apresentaram um défice de 7,7% do PIB da região (PIBR), uma diminuição de 0,7 p.p. face a 2021, não obstante a quebra em 1,1 p.p. das transferências ao abrigo da LFRA. Para esta evolução muito contribuiu a dissipação parcial do efeito das medidas adoptadas no contexto da pandemia (1,6 p.p. do PIBR). Esse efeito foi contrariado pelo novo apoio financeiro do Governo Regional do Açores à SATA Air Açores, S.A que em 2022 ampliou o seu impacto nas necessi-

ESTADO ARRECADOU MENOS 1,3 MIL MILHÕES DO QUE PREVISTO E AÇORES SÓ MAIS 11,7 MILHÕES

dades de financiamento da RAA (1,2 p.p. do PIBR) condicionando a recuperação da situação orçamental. Removendo o impacto absoluto destes efeitos, ainda assim a região apresentaria um défice de 3,1% do PIBR, quase o dobro do verificado em 2019”.

“Reflectindo estes desenvolvimentos, o rácio da dívida na defini-

ção de Maastricht agravou-se atingindo um novo máximo. Em 2022, este indicador ascendeu a 3.064 M€, o equivalente 60% do PIB da região, um aumento de 0,6 p.p. face ao verificado em 2021. Apesar de, em 2022, o PIB nominal da região ter registado o crescimento mais elevado (12%) desde 1995, essa variação foi insuficiente para inflectir a trajectória de agravamento sucessivo do rácio da dívida da região verificada nos últimos catorze anos. A dívida global, que inclui também a dívida comercial, aumentou para 3.108 M€ (60,8% do PIBR), reflectindo principalmente o financiamento do défice, a assunção de dívida financeira de algumas empresas públicas regionais e a realização da operação de aumento de capital social da SATA Air Açores S.A.”.

Na Madeira, o défice “fixou-se em 2,4% do PIBR, um resultado inferior em 1,9 p.p. ao verificado em 2021. A dissipação parcial do efeito das medidas de resposta à pandemia equivalente a 3 p.p. do PIBR foi decisiva para a redução do défice orçamental, num ano em que as transferências ao abrigo da LFRA observaram uma diminuição equivalente a 1 p.p. do produto gerado na região. Excluindo o efeito transitório daquelas medidas de emergência, atingir-se-ia uma posição de equilíbrio orçamental em 2022, ainda assim, abaixo do excedente alcançado em 2019 (0,8% do PIBR)”, analisou.

Assim, “pelo segundo ano consecutivo, o rácio da dívida na definição de Maastricht registou uma redução, consolidando a trajectória descendente que se verificava desde 2016. Em 2022, o peso da dívida no PIB da região fixou-se em 83,2% (PIBR) abaixo do verificado no ano pré-pandemia, correspondendo ao rácio da dívida mais baixo desde 2010”, assegura. E acrescenta: “As responsabilidades contingentes mantiveram a tendência decrescente dos últimos anos, ascendendo no final de 2022 a 1.272 M€ (21,1% do PIBR). A redução de 76 M€ face a 2021 reflecte o menor valor actual dos encargos futuros com PPP, que mais do que compensou o aumento da dívida de empresas públicas regionais fora do perímetro orçamental”.



RECEITA FISCAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

€ MILHARES

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Receita prevista OE	60.138,0	54.751,2	49.290,2	53.525,5	51.506,4	48.834,5	46.654,3	46.120,1	44.674,5
Receita Fiscal*	58.822,8	58.785,4	51.434,9	48.714,8	51.918,7	50.068,4	47.680,9	45.671,1	44.583,3

* Receita Fiscal da Execução Orçamental até Dezembro FONTE: DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

RECEITA FISCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

€ MILHARES

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Receita Fiscal ORAA	776,7	705,4	675,3	735,1	699	693,3	653,5	650,5	639,4
Receita Fiscal executada*	788,4	744,2	716,0	668,2	694,5	675,4	639,4	612,2	620,1
Peso na receita	53,4%	43,5%	39,5%	38,2%	52,2%	64,1%	62,3%	61,7%	63,4%

* Receita Fiscal executada até Dezembro FONTE: SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/DIREÇÃO REGIONAL DO ORÇAMENTO E TESOURO

A ANÁLISE DE PAULO PEREIRA, PRESIDENTE DA ORDEM DOS ECONOMISTAS DA MADEIRA

■ “Confirma-se com estes dados o que já se sabia (e se sentia): a carga fiscal sobre os madeirenses (tal como sobre os restantes portugueses) não parou de crescer, e bem acima do crescimento da economia. De facto, se em 2022 a economia regional (medida em termos de PIB nominal) cresceu 17,4%, a receita fiscal e não fiscal do Governo Regional cresceu 27,22%, com a componente fiscal a crescer 38,18%, com o IVA (que cresceu 27,88%) a representar metade dos € 1,012 mil milhões. As receitas de IRS, imposto sobre o trabalho, cresceram 50%. Já em 2023, para o qual se estima

um crescimento nominal (isto é, com a ‘ajuda’ da inflação) pouco acima dos 1%, a receita fiscal e não fiscal na RAM cresceu 15,77%, com a componente fiscal a crescer 18,64%, com a receita de IVA a crescer 11,6%. Já as receitas de IRS, cresceram 4,74%. A receita de IRC, sobre o lucro das empresas, também teve um crescimento estrondoso para mais de 200 milhões, isto apesar das baixas taxas de IRC praticadas à actividade local, bem como às da CINM, confirmando, uma vez mais, a tese da famosa curva de Laffer. Lembro que receita de um governo, é o que ele tira da economia

produtiva, pois ele nada produz - é assim no mundo real, e não é a ideologia que faz mudar as coisas - e ele tira de 3 maneiras: i) cobra mais impostos, a que os políticos gostam menos, pois a população sente no imediato e provoca descontentamento eleitoral, o único terror do candidato; ii) endividasse, o que apesar de levar no futuro a mais impostos (como se sente ainda hoje na RAM, 13 anos depois do PAEF que levou a um bi-brutal aumento de impostos), o eleitorado não sente de imediato a dor, pelo que vai passando e iii) a impressão de dinheiro que é a favori-

ta, pois a rapaziada não a apanha e dá sempre para culpar a “guerra na Ucrânia” & Ca quando as pessoas começam a sentir que apesar de terem ordenados mais altos, compram cada vez menos coisas. Apesar do Governo Regional e Câmaras, tal como o da República não poderem “imprimir” dinheiro, beneficiaram fortemente (e ainda beneficiam) dessa prática que o Banco Central Europeu faz por eles, permitindo conseguirem ter consecutivamente os orçamentos “maiores de sempre”, que nada são mais que os maiores gastos de sempre, ano após ano, pois estão viciados

em gastos públicos para satisfação (se é que ela existe mesmo) imediata das massas votantes. Podem sempre se escudar que os gastos recorde, que obrigam a receitas recorde que por sua vez alimentam nova vontade de novos gastos recorde “são opções políticas, sufragadas democraticamente”, mas a realidade é que é e sempre que vemos um político a distribuir/gastar dinheiro, ou a prometer fazê-lo, lembrem-se de quem é a carteira que ele tem na mão: o contribuinte, curioso nome para quem tem de contribuir à força, para algo que lhe é ‘imposto’.”